

COPLA
Proc.
Pág. 217
Func. GUC

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Edital de Intimação de Terceiros e Possíveis Interessados

... (texto detalhado do edital) ...

Ministério da Fazenda
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2008
COTAÇÃO Nº 05/2008

... (texto detalhado do edital) ...

VARIIG S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE ABRIL DE 2008 (Sumário)

... (texto detalhado da ata) ...

Convocação de Assembléias

Se você quer que todo mundo compareça, anuncie em Zero Hora.

Publicidade legal em Zero Hora

ZERO HORA

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenação Central do Patrimônio

AVISO DE CONCORRÊNCIA

01.019639.01.5

... (texto detalhado do edital) ...

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR
01 - Tinta Preta Sintética 100g	100	kg	1.200,00
02 - Tinta Azul Sintética 100g	100	kg	1.200,00
03 - Tinta Vermelha Sintética 100g	100	kg	1.200,00
04 - Tinta Verde Sintética 100g	100	kg	1.200,00
05 - Tinta Amarela Sintética 100g	100	kg	1.200,00

EDITAL DE 1ª e 2ª FRAÇÃO DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR

... (texto detalhado do edital) ...

COPLA
Proc.
Pág. 218
Func. <i>BC</i>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria de Administração
Palácio do Planalto, Anexo III, sala 209 A

TRIBUNAL DE CONTA DA UNIÃO
Serviço de Prontidão
17 OUT 2008
<i>[Assinatura]</i>

Ofício nº 183/2008-SA-PR

Em, 17 de outubro de 2008.

A Senhora
VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA
Secretária de Controle Externo - 6ª SECEX - Tribunal de Contas da União
SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo I Sala 229

Assunto: **Cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União - Acórdão nº 2374/2008- TCU.**

Senhora Secretária,

Venho a Vossa Senhoria encaminhar o Memorando nº 254/2008 - DIROF/SA/PR. de 17/10/2008 com as informações solicitadas nos subitens 3.1 e 3.2 do Acórdão nº 2374/2008- TCU - 1ª Câmara, encaminhado a esta Secretaria pelo Ofício nº 910/2008-TCU/SECEX-6, de 26/08/2008, bem como os os documentos juntados até a presente data referentes à Solicitação de Passagens e Diárias: 189/2002 e 202/2002. Requisição de Transporte 6003-0/2002 e 5988-0/2002, fax encaminhado pelo Sr. Marcelo Borges Sereno e Declaração da empresa Viação Aérea Rio-Grandense - em recuperação judicial.

Atenciosamente.

[Assinatura]
NORBERTO TEMOTEIO DE QUEIROZ
Secretário de Administração da
Presidência da República



RECEBI DO

21 / 10 / 08

16 30

Josias *[Assinatura]*

COPLA
Proc.
Pág. 219
Func. MC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Memorando nº 254/2008-DIOF-SA-PR

Em 17 de outubro de 2008.


Ao Senhor Secretário de Administração

Assunto: **Determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 2374/2008-TCU**

Venho a Vossa Senhoria informar sobre o cumprimento das determinações contidas nos subitens 3.1 e 3.2 do Acórdão nº 2374/2008-TCU - 1ª Câmara, encaminhado a esta Diretoria pelo Memorando nº 681/2008, de 18/09/2008.

2. Conforme consta no referido documento, foi determinada à Secretaria de Administração que: *“3.1 informe a esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias, as medidas adotadas para apurar os fatos relativos à ausência de prestação de contas das viagens realizadas pelo Sr. Marcelo Borges Sereno no exercício de 2002.”*
3. Sobre o assunto encaminho os documentos juntados até a presente data referentes à Solicitação de Passagens e Diárias: 189/2002 e 202/2002, Requisição de Transporte 6003-0/2002 e 5988-0/2002, fax encaminhado pelo Sr. Marcelo Borges Sereno e Declaração da empresa Viação Aérea Rio-Grandense – em recuperação judicial.
4. Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que reputar necessários.

Respeitosamente,


GILTON SABACK MALTEZ
Diretor de Planejamento
Orçamento e Finanças



Sistema de Passagens e Lotes de Transporte
Relatório de Requisição de Transporte

13 31
POP:102

PTRES: 817864

REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE
(para passagens e/ou excesso de bagagem)

Nº 6003-0/2002

Beneficiário da TERRA AZUL TURISMO LTDA.

(Empresa)

De acordo com o disposto no Decreto nº 79 391, de 14 de março de 1977, requiriu-se

o transporte do(s)

passagem(ns) de IDA

entre as cidades de BSB/RIO

em favor de

MARCELO BORGES SERENO

(nome, cargo, posto, função)

CARGO ESP TRANS GOVERNAMENTAL

CASA CIVIL

BRASILIA	RESERVA/REE	33DEC02	21739671A	BRASILIA BR	422.008100071
MARCELO MR	BSP - BR				
BRASILIA	RESERVA/REE	33DEC02	21739671A	BRASILIA BR	422.008100071
MARCELO MR	BSP - BR				
BRASILIA	RESERVA/REE	33DEC02	21739671A	BRASILIA BR	422.008100071
MARCELO MR	BSP - BR				
BRASILIA	RESERVA/REE	33DEC02	21739671A	BRASILIA BR	422.008100071
MARCELO MR	BSP - BR				
BRASILIA	RESERVA/REE	33DEC02	21739671A	BRASILIA BR	422.008100071
MARCELO MR	BSP - BR				

422.008100071

042 3668447169 2 0

3668447169

Passagem(ns) de passagem(ns) nº(s) _____ emitido(s) de acordo com a presente requisição.

Passagem(ns) de excesso de bagagem emitido(s) de acordo com a presente requisição.

a) _____
(Assinatura do beneficiário da requisição)

(Órgão)

[Handwritten signature]

Sistema de Passagens e Excesso de Bagagem
Relatório de Requisição de Transporte

PTRES: 817864

REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE
(para passagens e/ou excesso de bagagem)

Nº 6003-0/2002

Agente da TERRA AZUL TURISMO LTDA.
(Empresa)

De acordo com o disposto no Decreto nº 79.301, de 14 de março de 1977, requisiro-vos o
transporte do(s) transporte(s):
passagem(ns) de IDA entre as cidades de BSB/RIO em favor de

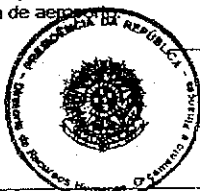
MARCELO BORGES SERENO
(nome, cargo, posto, função)

CARGO ESP TRANS GOVERNAMENTAL CASA CIVIL
(Unidade onde serve)

entre as cidades _____ do excesso de
até _____ quilos, apresentado pelo(s) _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Órgão requisitante)

As despesas acima correrão à conta da Categoria Econômica 3390.33, do Exercício Financeiro de 2002 do Orçamento
inclusive a taxa de aeroporto.


GILBERTO TORMENA
Ordenador de Despesas
(Nome e função do requisitante)

Passagem(ns) de passagem(ns) nº(s) _____ emitido(s) de acordo com a presente requisição
Excesso de bagagem nº(s) _____ emitido(s) de acordo com a presente requisição.

a) _____
(Assinatura do beneficiário da requisição)

(Órgão)

COFIN
11-0084
32
11/11



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração

SOLICITAÇÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS (SPD)

1. Solicitação de Passagens e Diárias nº 202/2002					
2. Unidade Solicitante: EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL					Ramal: 1795
3. PROPOSTO:		4. CARGO	5. Nº CADASTRAL	Use SA/REQ. Nº	
a) MARCELO BORGES SERENO		CETGV		6002	
6. Localidade e descrição do serviço a ser executado: Brasília/Rio de Janeiro - (retorno ao local de origem: Esteve em reunião com a equipe de transição.					
7. Justificativa, se a viagem envolver final de semana ou feriado:					
8. Período de afastamento:					
TRECHO	DATA	CLANº VOO	HORÁRIO	CÓD. RESERVA	USO DA SA VALOR
BSB/RIO	24/12/2002	RG 5015	07h00	EFLLFV	
9. Data/Assinatura					
Data	Solicitante		Proponente		
23/12/02	 ARI MATOS CARDOSO Secretário de Administração da Presidência da República		 ARI MATOS CARDOSO Secretário de Administração da Presidência da República		
10. Informações adicionais: (utilizar o verso ou folha anexa)					

COFIN/PASSAGENS
DATA 23/12/02
RECEBIDO POR *[Assinatura]*
AS 18:20 HORAS

[Assinatura]

COPLA
Proc.
Pág. 223
Func. <i>MLC</i>

Brasília, 28 de dezembro de 2004

De: Marcelo Borges Sereno

Para: Secretaria de Administração da Casa Civil/PR

Declaro para fins de prestação de contas junto a esta Secretaria, que não me encontro de posse dos bilhetes utilizados nos SPD nº 189/2002 do dia 23/12/2002 - RJ/BSB - RG 5002 e SPD nº 202/2002 - dia 24/12/2002 - BSB/RJ - RG 5015.

Atenciosamente,


MARCELO BORGES SERENO

Handwritten mark or signature

Sistema de Passagens - *1000000000*
Relatório de Requisição de Transporte

11/11
11/11
PTRES A TAR

REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE
PARA USOS GERAIS (SEM EXCESSO DE BAGAGEM)

Nº 5965-0/2002

TERRA AZUL TURISMO LTDA.

(Empresa)

De acordo com o disposto no Decreto nº 79.311 de 14 de março de 1977 requisito (se)

(s) transporte(s)

em favor de

(s) de ida entre as cidades de RIO/BSB

MARCELO BORGES SERENO

(nome cargo posto função)

60 ESP TRANS GOVERNAMENTAL

CASA CIVIL

SEE BELOW FOR
FORM SEPAR

SERENO MARCELO

20 DEC 02

AGENT

I - PREPAID TICKET ADVISE ONLY
 II - THE OFFICE MUST ADVISE ON A DATE
 III - ADVISE REFUND ADVISE ONLY

NAME EXEMPT AGENT OTHER DAMAGES
TAXA EXEMPT OUTRAS DEDU

NO. 000 000 000 000

PROPERTY OF VARIG AIRLINES

500 050 4

NOT APPLICABLE

29 5002 03/12

WHEN ISSUED AS AN MCO

4473955

VARIG
SUBJECT TO TERMS AND CONDITIONS - SUBJECTS ARE TRAVEL & SPANISH

20 PR 5988

105936

1000 10

Metres de passageiros nº(s): _____ emitido(s) de acordo com a presente requisição.

Metres de excesso de bagagem emitido(s) de acordo com a presente requisição

Assinatura do beneficiário da requisição

(Orgão)

MC

REQUISIÇÃO
DE PASSAGENS E
DE EXCESSO DE BAGAGEM

Sistema de Passagens e Diárias - S.P.E.
Relatório de Requisição de Transporte

DATA: 11/03/2008
VALOR: R\$ 111,00
CATEGORIA: 3390.33

PTRES: 817864

REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE
(para passagens e/ou excesso de bagagem)

Nº 5988-0/2002

TERRA AZUL TURISMO LTDA.

(Empresa)

De acordo com o disposto no Decreto nº 79.391, de 14 de março de 1977, requisiro-vos o(s) transporte(s):

(ins) de IDA entre as cidades de RIO/BSB em favor de

MARCELO BORGES SERENO

(nome, cargo, posto, função)

ESP TRANS GOVERNAMENTAL

CASA CIVIL

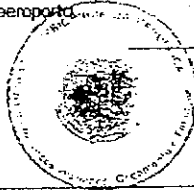
(Unidade onde serve)

entre as cidades _____ do excesso de
quilos, apresentado pelo(s) _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Órgão requisitante)

Acima correrão à conta da Categoria Econômica 3390.33, do Exercício Financeiro de 2002 do Orçamento
a taxa de aeroporto.



GILBERTO TORMENA
Ordenador de Despesas
(Nome e função do requisitante)

(ins) de passagem (ins) nº(s) _____ emitido(s) de acordo com a presente requisição

(ins) de excesso de bagagem emitido(s) de acordo com a presente requisição

a) _____

(Assinatura do beneficiário da requisição)

(Órgão)

[Handwritten signature]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTO E FINANÇAS SA

COPLA
Proc. 00012
Pág. 236
Func. 60

SOLICITAÇÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS

Solicitação de Passagens e Diárias nº 189/2002			
Unidade Solicitante: Equipe de Transição Governamental			Ramal 1795
PROPOSTO:	4. CARGO	5. Nº CADASTRAL	Use SA/REQ.Nº
MARCELO BORGES SERENO	CETG V		5289

Localidade e descrição do serviço a ser executado:

Asilândia-DF, Presidência da República – Reunião com o Ministro Chefe da Casa Civil, Dr. Pedro Trente e Deputado José Dirceu.

Justificativa, se a viagem envolver final de semana ou feriado:

PERÍODO DE AFASTAMENTO.

TRECHO	DATA	CIANº VOD	HORARIO	COB. RESERVA	USO DA SA VALOR
MBSB	23/12/2002	VARIG RG 5002	08:14	ZIXFW9	

DATA/ASSINATURA

Data	SOLICITANTE:	PROPONENTE
20/12/02	CARLOS ALBERTO VILANOVA Diretor de Recursos Logísticos <i>Ass: Maria de Souza</i> Assunt. de Recursos Humanos	CARLOS ALBERTO VILANOVA Diretor de Recursos Logísticos <i>Ass: Maria de Souza</i> Assunt. de Recursos Humanos

Informações adicionais: (utilizar o verso ou folha anexa)

20 12 02
20 12

COPLA	
Proc.	
Pág.	227
Func.	ME

COPLA
 P. 227
 P. 33
 Fun. ME

Carmen Deia de Lima Rodrigues
 De: TERRA AZUL TURISMO LTDA (AGENTID00115690)
 [emailserver@pop3.amadeus.net]
 Enviado em: Sexta, 20 de dezembro de 2002 16:25
 Para: DEIA@PLANALTO.GOV.BR
 Assunto: YOUR TRAVEL INFORMATION

YOUR TRAVEL INFORMATION

THIS DOCUMENT IS AUTOMATICALLY GENERATED.
 PLEASE DO NOT REPLY TO THIS MAIL.

TERRA AZUL TURISMO LTDA DATA: DEZEMBROS
 PALACIO DO PLANALTO, BRASIA, DF, BRASIL REFERENCIA: LE
 RESERVA CONFIRMADA
 ESPALANADA LOS ANGELES
 BRASIA, DF, BRASIL DEPARTAMENTO: MARCELO M.
 TELEFONE: 061 47411118
 FAX: 061 47411118

SERVICO DE	PARA
PARTIDA CHEGADA	

PARIS - RG 8002	
SEM ESCALA	BRASILIA DF
DURACAO: 1:35	INTERNATIONAL

FUMANTE NAC
 RESERVA CONFIRMADA - ECONOMICA
 A BORDO: CAFE DE MANHA
 CONFIRMING 787-

CONDICAO: LE RESERVA ROAWTF6
 FOR THE POL. THIS LINK TO REPLY: [LINK] CANCELATION PENALTY:
[HTTPS://WWW.CHECKNTRIP.NET/CM?EMAIL=DEIA@PLANALTO.GOV.BR&N=SERENC](https://www.checkntrip.net/cm?EMAIL=DEIA@PLANALTO.GOV.BR&N=SERENC)

COPLA
Proc.
Pág. 228
Func. DC

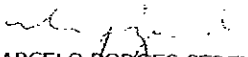
Brasília, 28 de dezembro de 2004

De: Marcelo Borges Sereno

Para: Secretaria de Administração da Casa Civil/PR

Declaro para fins de prestação de contas junto a esta Secretaria, que não me encontro de posse dos bilhetes utilizados nos SPD nº 189/2002 do dia 23/12/2002 - RJ/BSB - RG 5002 e SPD nº 202/2002 - dia 24/12/2002 - BSB/RJ - RG 5015.

Atenciosamente,


MARCELO BORGES SERENO

[Handwritten mark]

COPLA
Proc.
Pág. 229
Func. <i>MC</i>

S A (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)
Em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2008.

Ilmo. Sr.
Gilton Saback Maltez
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças
Presidência da República
Casa Civil
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Palácio do Planalto, Anexo III, sala 209 A

Ref. Ofício: 81/2008 – DIROF-SA-PR

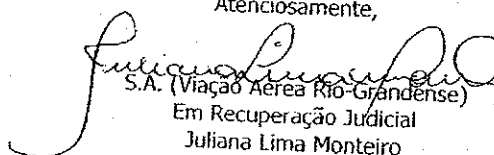
S.A (Viação aérea Rio-Grandense), após análise do requerimento constante do ofício nº. **81/2008 DIROF-SA-PR**, informamos que:

O bilhete 042 3059 387 965 não foi voado, sendo reembolsado em fatura 2º decêndio Jan/2004 ao agente de viagem Terra Azul IATA 5701733 - SP com a forma de pagamento GR/AGT, portanto o órgão deverá requerer o crédito junto ao emissor.

O bilhete 042 3668 447 169 consta utilizado nos serviços da cia Rio Sul - Brasília/Rio - 01dez2002.

Mantendo-nos à disposição para quaisquer outras informações que se façam necessárias, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe os nossos respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,


S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)
Em Recuperação Judicial
Juliana Lima Monteiro

J

COPLA
Proc.
Pág. 230
Func. LMC

DE: SEBRAE RJ

FAX: 22120958

9 JUL 2008 17:46 Pág. 1

Para: Dulce - DIROF

De: Marcelo Sereno

(Sônia Santos)

(21) 8762.7566/22127908

Dulce segue fax

Identidade e CPF, favor
avisar se for suficiente
para baixa no pro-
cesso juntamente com as
cursos justicadas contadas.

Srta

Sônia

l

DE : SEBRHE RJ

FAX : 2212-0909

9 OUT 2008 17:46 Pág. 2

FROM : EBN Empreendimentos
32.706.575-7 DATA DE EMISSÃO: 27/06/74 FAX NO.: 5521 22424186

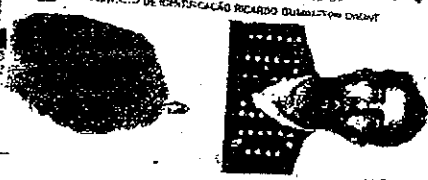
NOME: MARCELO BORGES SERENO
NACIONALIDADE: NORTON BIRAFFA SERENO
E: EDY BORGES SERENO

NATURALIDADE: RIO DE JANEIRO - RJ DATA DE NASCIMENTO: 12/JUN/1958

DOC. IDENTIFICAD.: SÃO PAULO - SP
TATUAPÉ
CPF: 600.054.087-68 / N. 020292

ESTADO DE IDENTIFICAÇÃO: SÃO PAULO - SP
CANCER DE IDENTIDADE: 9101-7

09 Oct. 2008 06:45PM P2
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUILHERME OLIVEI



Marcelo Borges Sereno
CPF: 600.054.087-68
CANCER DE IDENTIDADE: 9101-7

CPF - 600.054.087-68

l

COPLA
Proc.
Pág. 232
Func. <i>blc</i>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Administração
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Memorando nº *224*/2008 - DIROF/SA/PR

Em 6 de outubro de 2008.

Aos Senhores Ecônomos

Assunto: **Cumprimento de determinação contida no Acórdão nº 2374/2008 – TCU.**

Em atenção ao contido no Acórdão nº 2374/2008 do Tribunal de Contas da União, solicito a Vossa Senhoria o **efetivo cumprimento** do item 3.2 da referida decisão, de forma que a cada Viagem Presidencial, *...se proceda à pesquisa de preço com os hotéis que venham a atender às necessidades da SA PR, documentando tal pesquisa e justificando sempre que não for possível obter número razoável de estabelecimentos (três ou mais)...*

Tal **procedimento** torna-se **imprescindível**, uma vez que o assunto já foi objeto do Acórdão nº 230/2006 – TCU, em seu item 9.2.4, tendo sido ponderado pela Secretaria de Administração junto àquela Corte, por intermédio do Ofício nº 153/2006-SA/PR, de 29/9/2006, com a análise dos seguintes pontos que devem ser considerados, em relação à hospedagem, na realização das viagens presidenciais:

- capacidade de acomodação física e técnica para toda a equipe do ESCAV e toda a comitiva presidencial no mesmo hotel, por razões de segurança;
- proximidade em relação ao local do evento, a hospitais, unidades das polícias civil e militar e de bombeiros;
- existência de hotel na cidade em que ocorrerá o evento;
- caráter sigiloso da divulgação dos estabelecimentos credenciados;
- inexistência de rede hoteleira que atenda todo o país;
- deve-se evitar, repetidamente, a hospedagem da autoridade num mesmo hotel, de modo a evitar a ocorrência de ações criminosas e;
- o pré-credenciamento de hotéis para hospedagem em viagens presidenciais não permitiria assegurar a adequada gestão dos riscos a que a autoridade é submetida nesses eventos, entendendo ser inviável a realização de procedimento licitatório para serviço de hospedagem das autoridades.

COPLA
Proc.
Pág. 239
Func. MC


Após a análise dos argumentos apresentados, o Tribunal de Contas concordou com os argumentos apresentados pela SA PR, principalmente no que tange à incapacidade de se credenciar hotéis em todos os municípios, uma vez ser inviável prever o destino de todas as viagens a serem feitas.

No entanto, tendo em vista a necessidade de se observar o **princípio da economicidade**, o Tribunal de Contas exarou tal determinação, a qual deverá ser efetivamente cumprida.

Sendo assim, a cada viagem presidencial, os ecônomos deverão adotar os seguintes procedimentos:

- 1) realizar pesquisa de preço com hotéis (três ou mais), que atendam os interesses da Missão a ser cumprida;
- 2) documentar tal pesquisa (por fax ou e-mail);
- 3) anexar as propostas de preços no processo de prestação de contas e;
- 4) **caso não seja possível a obtenção do número razoável de propostas (três ou mais), apresentar justificativa, pelo Coordenador da Missão, para tal ocorrência.**

Atenciosamente,


GILTON SABACK MALTEZ
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



COPLA
Proc.
Pág. 234
Func. MC

14 Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadoria, reforma e pensão

Vide a página seguinte.

15 Demonstrativo das dispensas de instauração e de envio ao TCU de tomadas de contas especiais

No exercício de 2008, não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial no âmbito das Unidades Gestoras administradas pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

16 Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não há outras informações relevantes.

2




Presidência da República
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas


COPLA
Proc.
Pág. 235
Func. WNE

DECLARAÇÃO

DECLARO, nos termos do Item 14 do Anexo II – A da Decisão Normativa nº 93, de 3 de dezembro de 2008, do Tribunal de Contas da União – TCU, que esta Diretoria de Gestão de Pessoas da Casa Civil da Presidência da República – DIGEP, encaminha, efetivamente, a Secretaria de Controle Interno – Ciset, órgão de controle interno da Presidência da República, os dados e as informações pertinentes aos atos de admissão e desligamento, em conformidade com disposto pelo art. 7º da Instrução Normativa nº 55, de 24 de outubro de 2007, daquela corte.

Brasília-DF, 09 de março de 2009.


SELMA ROLLER QUINTELLA
Diretora de Gestão de Pessoas da
Secretaria de Administração da Casa Civil da
Presidência da República



COPLA
Proc.
Pág. 236
Func. GAC

ANEXO A - Relatório de Gestão da Secretaria-Geral da Presidência da República

R

COPLA
Proc.
Pág. 237
Func. <i>de</i>

I INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

- 1.1 **Nome completo e oficial do órgão**
Secretaria Geral da Presidência da República
- 1.2 **Número do CNPJ**
10.366.249/0001-79
- 1.3 **Natureza jurídica**
Administração Direta
- 1.4 **Vinculação ministerial**
Presidência da República
- 1.5 **Endereço completo da sede (logradouro, bairro, cidade, CEP, UF, números de telefone e fac-símile para contato)**
Palácio do Buriti - Brasília - DF - CEP: 70075-900
Telefone e fax: (61) 3411.1572 e 3321.0306
- 1.6 **Endereço da página institucional na Internet**
<https://www.presidencia.gov.br/secgeral>
- 1.7 **Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no Siafi, quando houver**
Secretaria Geral da Presidência da República - SG; UG 110.352 - Gestão: 20101
- 1.8 **Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada**
A Secretaria-Geral é órgão essencial da estrutura da Presidência da República. Suas competências foram definidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com as alterações determinadas pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e pela Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005.

Finalidade:

- Compete à Secretaria-Geral da Presidência da República assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:
- no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo;
 - na elaboração da agenda futura do Presidente da República;
 - na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República;
 - na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República;
 - na realização de estudos de natureza político-institucional;
 - na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude; e
 - no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República

COPLA
Proc.
Pág. 238
Func. MC

1.9 Estrutura Organizacional

Decreto nº 6.378, de 19.02.2008 - Aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República, e dá outras providências. A Secretaria-Geral da Presidência da República tem como estrutura básica:

- Órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado:
 - Gabinete;
 - Assessoria Especial;
 - Secretaria-Executiva.

- Órgãos específicos singulares:
 - Secretaria Nacional de Articulação Social;
 - Secretaria Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais;
 - Secretaria Nacional de Juventude.

- Órgão colegiado:
 - Conselho Nacional de Juventude.

- Função de governo:
 - Diálogo com Sociedade Civil e Inclusão Social de Jovens.

- Situação da unidade:
 - Em funcionamento

II OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS

2.1 Identificação do(s) programa(s) governamental(is) registrado (s) no SIGPLAN, quando aplicável; e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas

Este Relatório trata da gestão da UG 110.352, relativa ao Programa/Ação, do exercício 2008. A ação constante na Lei Orçamentária é 04.121.1004/2E24 – FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

2.1.2 Descrição em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários

Objetivo Geral:

Fomentar e fortalecer as atividades de participação social no âmbito do Estado brasileiro.

Objetivos Específicos:

- Oferecer formação permanente em Participação Social para técnicos e dirigentes do governo federal; conselheiros nacionais e representantes de organizações da sociedade civil que participam de conselhos nacionais;
- Disseminar, por meio de seminários e publicações, as informações referentes às políticas de participação social;
- Fortalecer a participação social no âmbito do Mercosul

COPLA
Proc.
Pág. 239
Func. MC

Beneficiários:

- Técnicos e dirigentes do governo federal; conselheiros nacionais e técnicos e dirigentes de organizações da sociedade civil que participam de conselhos nacionais.

2.1.3 Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso

I. Formação Continuada de Conselheiros – ações implementadas e resultados:

- Curso Introdutório *Participação, Democracia e República* – 45 horas aula – 395 inscritos – 151 concluintes. Realizado em julho de 2008;
- Lançamento do Programa e realização do Debate *República, Democracia e Participação Social* - 08/07/2008 em Brasília/DF – 220 participantes e transmissão via internet para todo Brasil;
- Produção e distribuição do Caderno de Textos e DVD de “vídeo-aulas” *Participação, Democracia e República* – 600 exemplares;
- Criação e implementação do sítio eletrônico www.ufmg.br/conselheirosnacionais para divulgação e registro das atividades do Programa;
- Realização do processo seletivo que classificou 310 alunos para o curso de Especialização e 89 alunos para o curso de Aperfeiçoamento – julho / 2009;
- Curso *As concepções de Democracia e sua influência na constituição do Estado* – 45 horas aula – 887 inscritos – 667 concluintes. Realizado de 11/08 a 17/09;
- Curso *Democracia e República: pensamento e práticas* – 30 horas aula – 407 inscritos – 315 concluintes. Realizado de 22/09 a 21/10;
- Curso *Democracia, políticas públicas e participação* – 15 horas aula – 484 inscritos – 375 concluintes. Realizado de 22/09 a 06/10;
- Produção e distribuição do Caderno de Textos e DVD de “vídeo-aulas” *Módulo I* – 1.000 exemplares;
- Curso *Instituições políticas brasileiras* – 45 horas aula – 977 inscritos – 755 concluintes. Realizado de 03/11 a 24/10;
- Debate *Pensamento Social Brasileiro e Participação da Juventude* - 08/12/2008 no Rio de Janeiro/RJ - 30 participantes e transmissão via internet para todo Brasil.

II. Fortalecimento da Política de Participação Social no âmbito do Mercosul

Ação implementada:

- Realização da Cúpula Social do Mercosul, em Salvador – 14 e 15 de Dezembro/2008. Organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, por ocasião da Presidência Pro Tempore Brasileira do Mercosul.
- Convocada pelo Programa Somos Mercosul, o Parlamento do Mercosul, a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul e o Foro Consultivo Econômico e Social, a atividade contou também com o apoio do Governo do Estado da Bahia.
- Participaram cerca de 300 representantes de movimentos e organizações sociais e populares, bem como dos governos dos quatro países membros do Bloco e de países associados como Chile, Peru, Bolívia e Venezuela.

Constaram da programação dez Sessões Especiais:

- As mudanças climáticas e os desafios para o Mercosul;
- Dimensão social do Mercosul;

COPLA
Proc.
Pág. 240
Func. WLC

- Direito à Educação no Mercosul e América Latina: Cenários, Cooperação e Integração;
- Soberania e segurança alimentar no Mercosul;
- Agenda da integração produtiva no Mercosul – pequenas e médias empresas;
- Mídias públicas e direito à comunicação no Mercosul.;
- Integração sul-americana e crise financeira mundial;
- Dez anos da Declaração Sócio-laboral do Mercosul.;Direito à saúde no Mercosul;
- Migrações e Direitos Humanos dos Migrantes;
- Rumo a 2009 – Presidências Pro Tempore do Paraguai e do Uruguai.

A Conclusão dos trabalhos se deu com a Cúpula Social do Mercosul, que aconteceu na tarde do dia 15 de dezembro. Representantes das redes sociais que participaram do encontro tiveram a oportunidade de fazer uso da palavra e apresentar as conclusões dos debates feitos nas sessões especiais. A sessão foi coordenada pelo ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e por representantes das chancelarias da Argentina, Paraguai e Uruguai, que coordenam o Programa Somos Mercosul.

Avaliação do resultado

I. Formação Continuada de Conselheiros:

- O lançamento do curso foi precedido de um trabalho de divulgação e mobilização constituído por dezenas de mensagens eletrônicas e notícias no sítio da SG/PR, além das iniciativas da própria de comunicação UFMG;
- Os seis cursos implementados em 2008 contaram com um total de 2.351 participantes, dos quais 1.474 concluíram com sucesso estas etapas, o que representa um percentual de 63,0%;
- Os dois debates mobilizaram 250 participantes diretos, além da transmissão via internet;
- Estes números e o fato de não termos recebido críticas quanto ao conteúdo das atividades realizadas nos dão segurança para afirmar que esta iniciativa da Secretaria-Geral encontrou ampla aprovação de nossos principais interlocutores, sendo, portanto, muito positiva;
- Em virtude do sucesso do Programa, a Ouvidoria Pública Federal, os Ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e do Turismo, buscaram o apoio da Secretaria-Geral para implantar programas semelhantes voltados para suas respectivas instâncias de Participação Social.

II. Cúpula Social do Mercosul:

- Como Resultado, no dia 16 de dezembro de 2008, o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Daniel Cara, presidente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entregaram aos Chefes de Estado do Mercosul, reunidos na Costa do Sauípe, os relatórios e declarações preparadas pelos distintos grupos que participaram da Cúpula Social;
- A participação de um representante da Sociedade Civil na totalidade da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, com direito à fala, é fato inédito. O convite, feito pelo Ministério das Relações Exteriores à Cúpula Social do Mercosul, foi fruto dos trabalhos realizados ao longo deste semestre no âmbito do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores. Em sua intervenção, o delegado da Cúpula Social do Mercosul apresentou aos presidentes

COPLA
Proc.
Pág. 211
Func. [assinatura]

dos países membros e associados do Bloco os seguintes pontos-síntese, emanados dos debates realizados ao longo dos dias 14 e 15 em Salvador:

- ❖ Financiamento da participação social no processo de integração regional;
- ❖ Enfrentamento da crise internacional: deve passar por um projeto acordado entre governos e sociedade civil com vistas à manutenção e ampliação dos investimentos nas áreas sociais, preservando principalmente os empregos.

A profundidade e a relevância das propostas realizadas pelas organizações sociais influenciaram o Comunicado Conjunto da XXXVI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no qual se lê, ao 35º parágrafo, que os presidentes do Bloco:

“Recordaram o compromisso de aprofundar a participação social na definição dos rumos do processo de integração e reconhecerem para esse fim, a necessidade de fortalecer o Foro Consultivo Econômico e Social. Saudaram nesse sentido, a iniciativa do Conselho do Mercado Comum de examinar formas de financiar as atividades do Foro. Instruíram, também, o Conselho do Mercado Comum a examinar alternativas para apoiar financeiramente as atividades da Cúpula Social do Mercosul”

2.1.3.1 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas

A execução das ações transcorreu dentro do contexto planejado não ocorrendo disfunções estruturais ou situacionais.

2.1.3.2 Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as caudas dos insucessos

Os objetivos preestabelecidos foram alcançados, não tivemos necessidade de medidas corretivas.

2.1.3.3 Responsáveis pela implementação

Ação foi desenvolvida sob a coordenação do Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República.

2.1.4 Indicadores ou parâmetros usados para a avaliação

A meta física definida para o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais foi de 2000 (dois mil) participantes dos diversos cursos a serem oferecidos em 2008.

O parâmetro de avaliação escolhido foi a porcentagem total de concluintes considerados aprovados pelos critérios acadêmicos da Universidade, parceira no desenvolvimento desta ação. O índice estabelecido como parâmetro foi de 60% de conclusão.

2.1.5 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e registradas no SIGLIPAN, quando aplicável, e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas

Meta Física: 2.000 gestores e conselheiros beneficiados.

COPLA
Proc.
Pág. 242
Func. lcc

2.1.6 Metas físicas e financeiras realizadas

Ação Orçamentária	Meta física	Dotação Autorizada	Empenhado
Formação de Conselheiros Nacionais	2.000 conselheiros e gestores beneficiados	4.000.000,00	1.821.687,26
Total	2.351	4.000.000,00	1.821.687,26

2.2 Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exames nas contas

O indicador utilizado para o desempenho do programa foi:

- Conselheiros capacitados (pessoas capacitadas)

O parâmetro utilizado para o desempenho do programa foi:

- 60 % de participantes concluindo com sucesso os cursos oferecidos.

2.2.1. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de eficácia, de eficiência ou de efetividade)

Pretendemos com o parâmetro acima identificar a porcentagem de alunos dos diversos cursos que foram considerados aprovados ao final de cada curso, pois:

- acessaram com frequência a plataforma <http://seed.lcc.ufmg.br/index.php/>;
- assistiram às “vídeo-aulas” disponibilizadas;
- acessaram os textos básicos;
- participaram de pelo menos um “fórum de debates”; e
- quando solicitados apresentaram os trabalhos escritos.

2.2.2. Fórmula de cálculo e método de medição

Parâmetro de eficácia = (Número de concluintes aprovados pela Equipe de Avaliação do Prodep-UFMG) / (Número de matriculados nos cursos) – expresso em %.

2.2.3. Responsável pelo cálculo/medição

O responsável pelo cálculo foi o Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República.

2.2.4. Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso e insucesso

O índice de eficácia atingido foi de 63%, sendo, portanto, ligeiramente superior ao índice estabelecido como parâmetro.

Planejamos contar com a participação de 2.000 (dois mil) conselheiros nacionais, gestores do governo federal e membros de organizações da sociedade civil que participam de conselhos. Obtivemos a adesão de 2.351 (dois mil, trezentos e cinquenta e um) participantes.

Consideramos que os resultados alcançados superaram as metas e índices projetados, podemos, portanto, qualificar o desempenho nesta ação como um sucesso.

COPLA
Proc.
Pág. 213
Func. MC

As razões do sucesso alcançando foram:

- a qualidade acadêmica das aulas, materiais e recursos didáticos oferecidos em cada curso;
- eficiência e racionalidade dos recursos de informática oferecidos pela Universidade;
- trabalho eficiente dos tutores e da equipe de apoio pedagógico e administrativa do Prodep-UFGM;
- dimensionamento correto por parte da Secretaria-Geral da demanda por estes conteúdos de formação; e
- eficácia na execução do plano de comunicação estabelecido para divulgar as ações do Programa aos possíveis interessados.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Quadro II.A. 1

Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.

4. Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios anteriores, conforme Quadro II.A. 2

Valor de restos a pagar é de R\$ 311.237,26 (quadro anexo), este valor foi inscrito em restos a pagar para 2009. Não existem restos a pagar de exercícios anteriores devido a UG ter sido criada em 2008.


5. Informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme Quadro II.A 3, além de outras informações que julgarem necessárias.

Tp	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº termo e do processo, data assinatura e vigência, etc)	Objeto da Avença	Data D.O.U	Vr pactuado	Vr Siafi	Vr transferido no exercício	Contra-Partida	Contra-Partida registrada no SIAFI *	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
	110352	Processo 00025.000029/2008-79	Formação Continuada de Conselheiros	24/04/08	2.317.863,00	2.317.863,00	1.500.000,00	Serviços, bens e instalações da Universidade em função do Programa	Sem registro	Universidade Federal de Minas Gerais CNPJ 17.217.985/00 01-04	Objetos e metas atingidos em 2008. Não há sindicância TCU

6. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo

Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.

COPLA
Proc.
Pág. 244
Func. WDC

7. **Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, contendo as informações abaixo, além de outras informações que se fizerem necessárias**
- Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.
8. **Informações sobre Renúncia Tributária, conforme modelo dos Quadros II.A5 e II.A11**
- Esta situação não ocorreu no âmbito da UG 110.352.
9. **Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme modelo no Quadro II.A 12**
- Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.
10. **Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos, conforme disposto abaixo.**
- Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.
11. **Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total e a quantidade de despesas pagas mediante fatura e de saques no período a que se refere o Relatório de Gestão, considerando o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios anteriores.**
- Essa situação não se aplica a esta UG 110.352.
12. **Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo:**
- Esta situação não ocorreu no âmbito da UG 110.352.
13. **Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo:**
- Esta situação não ocorreu no âmbito da UG 110.352.
14. **Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007**
- Esta situação não ocorreu no âmbito da UG 110.352.
- 

COPLA
Proc.
Pág. 245
Func. GDC

15. **Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IV o do § 1º art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5/12/2007, conforme modelo do Quadro IIA 13.**

Esta situação não ocorreu no âmbito da UG 110.352.

16. **Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão**

Não temos outras informações relevantes.

COPLA
Proc.
Pág. 246
Func. WC

ANEXO B - Relatório de Gestão da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

COPLA
Proc.
Pág. 207
Func. [assinatura]

1. Identificação

Nome da unidade e sigla	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR
CNPJ	10.246.869.0001/74
Natureza Jurídica	Órgão da administração direta do poder executivo
Vinculação ministerial	Presidência da República - PR
Endereço da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco O, 9º andar. CEP: 70052-900 - Brasília/DF
Página na internet	www.sae.gov.br
Órgão	20101 - PR
UG/Gestão SIAFI	110355 - SAE/PR / 00001
Norma de criação	Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008.
Finalidade da Unidade	Assessorar o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional.
Estrutura Regimental	Decreto nº 6.517, de 28 de julho de 2008
Regimento Interno	Em elaboração
Função de governo	04 - Administração
Tipo de atividade	Planejamento
Situação da unidade	Em funcionamento

2. Objetivos e Metas Institucionais

Responsabilidades Institucionais constantes da Lei nº 11.754, de 2008:

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, órgão essencial da Presidência da República, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - o planejamento nacional de longo prazo;
- II - a discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;
- III - a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo; e
- IV - a elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo.

Em síntese, a tarefa principal da Secretaria é de ajudar a engajar todos os setores do governo e da sociedade na definição da estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo e apontar as implicações dessa estratégia para ações presentes do governo e da sociedade. Os temas que norteiam o trabalho da Secretaria de Assuntos Estratégicos são:

- Ampliação de oportunidades econômicas;
- Ampliação de oportunidades educativas;
- Modernização do Estado;
- Plano Nacional de Defesa;
- Plano Amazônia Sustentável;
- Projeto Estratégico para o desenvolvimento do Nordeste e Centro Oeste; e
- Carteira de Investimentos 2030: Base de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

COPLA
Proc.
Pág. 208
Func. MC

2.1. Identificação do Programa/Ação:

A SAE é responsável pela ação 6662 – “Formulação e Desenvolvimento da Política de Planejamento de Longo Prazo”, uma das ações que compõem o programa 1004 – “Gestão de Políticas na Área da Presidência da República”. Como esse programa é de Serviço ao Estado, sua atuação, em primeira instância, visa o atendimento da Administração Pública.

2.2. Detalhamento do Programa e da Ação

Programa:	1004 – Gestão de Políticas na Área da Presidência da República
Objetivo:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas da área da Presidência da República.
Público-Alvo:	Governo
Tipo de programa:	Apoio às políticas públicas e áreas especiais.
Unidade Administrativa Responsável:	Secretaria-Executiva da Casa Civil / Presidência da República

Ação:	6662 - Formulação e Desenvolvimento da Política de Planejamento de Longo Prazo
Finalidade:	Planejar estratégias para o desenvolvimento nacional de longo prazo.
Descrição:	Articular com o governo e a sociedade, o planejamento integrado do desenvolvimento estratégico nacional de longo prazo. Realizar pesquisas, estudos, intercâmbio de conhecimentos e elaboração de cenários exploratórios, análise e avaliação, bem como elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica.
Produto:	Estudo realizado
Unidade Administrativa Responsável pela ação:	Subchefia-Executiva da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

2.3. Avaliação dos Resultados - Síntese das principais realizações

A SAE focou sua atuação, durante o ano de 2008, especialmente nas atribuições estabelecidas pelos Decretos de 30 de maio de 2008, que instituiu a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável – CGPAS, e de 6 de setembro de 2007, que criou o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa para o país, ambos sob a coordenação do Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável encaminhou ao Presidente da República uma proposta de regularização fundiária na Amazônia, com a participação decisiva dos estados, que contribuiu para a edição da Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009. Além desse tema prioritário, destacou-se a discussão sobre políticas públicas, com a participação de instituições federais, estaduais e municipais, nos seguintes campos:

- Soerguimento Econômico e Tecnológico do Extrativismo;
- Rede de Estradas Vicinais;
- Acesso à Biodiversidade;
- Revitalização da Aviação Regional da Amazônia;
- Modelo de Racionalização de Hidrovias;

COPLA	
Proc.	
Pág.	249
Func.	CAE

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Agroenergia;
- Mineração; e
- Ciência e Tecnologia.

Com relação à Estratégia de Defesa, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprovou a “Estratégia Nacional de Defesa”. O documento contempla um planejamento para o Brasil, de curto, médio e longo prazo e, sobretudo, uma nova postura da defesa no país, comprometida com três vertentes principais:

- a organização e a orientação das Forças Armadas e o papel dos três setores fundamentais: o nuclear, o cibernético e o espacial;
- a reconstrução da indústria nacional de defesa e a prioridade para o desenvolvimento e independência tecnológicos; e
- a composição das Forças Armadas e o futuro do Serviço Militar Obrigatório.

O advento da Estratégia Nacional de Defesa (END) demandou, ainda no mês de dezembro, o início de vários estudos em comissões temáticas, particularmente entre a SAE e o Ministério da Defesa, visando à consecução dos objetivos e metas previstos na END. Esses estudos viabilizarão, em 2009, propostas de modificações na legislação pertinente à indústria nacional de defesa, ao serviço civil complementar ao serviço militar, à mobilização nacional, ao equipamento e rearticulação das Forças Armadas e a outros setores de interesse para a defesa nacional.

Além desses, estudos foram formulados com vistas à diminuição da exclusão digital. O texto produzido apresenta:

- o diagnóstico sobre a infra-estrutura das telecomunicações no país;
- uma proposta de otimização das ações de capacitação;
- a análise da questão da Economia da Cultura no Brasil, buscando a produção de conteúdo diversificado e nacional; e
- um texto que apresente a importância do tema direitos autorais no contexto das ações governamentais de inclusão digital.

Outro estudo tratou sobre a Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil e propõe a criação de um “Ensino Médio Nacional”, por meio de uma rede de escolas tendo como centro irradiador desse novo sistema uma intensa articulação da referida rede em torno das escolas de excelência que compõem hoje o ensino médio.

Foi concluído, também, o estudo “Geopolítica para o Brasil”, com a finalidade de elaborar um levantamento da situação do Estado e da Nação em termos de geografia política, fundamental para o planejamento estratégico de ações de longo prazo.

Realizou, ainda, o Seminário Internacional “Instituições para a Inovação” objetivando discutir alternativas de modelos de políticas públicas, com enfoque no “imperativo da inovação permanente e a reinvenção da esquerda”, e participou na elaboração do VIII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos - ENEE, com a finalidade de ampliar a discussão sobre assuntos estratégicos para o Brasil, ambos com a participação de intelectuais e políticos de expressão nacional e internacional.

Efetuiu a revisão no Projeto “Brasil 3 Tempos” – cooperação técnica entre a SAE/PR e o PNUD/BR.

O resultado esperado da cooperação é a produção de subsídios, estratégias e ações que permitam ao Governo brasileiro articular-se com os diferentes setores da sociedade civil com

COPLA	
Proc.	
Pág.	250
Func.	enc

vistas à implementação de políticas públicas de longo prazo que promovam o crescimento econômico do país acompanhado de inclusão social.

No total, o projeto sofreu duas revisões substantivas, com supressão de produtos e implementação de ações, por ocasião da nova orientação de objetivos da SAE e seu dever institucional.

As alterações implicaram o aumento do alcance do projeto e de sua execução. Com essa renovação a SAE terá parte de seus trabalhos realizados em parceria com o PNUD, gerando mais qualidade ao produto final.

2.4. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou o alcance de metas

Não houve ocorrência no período.

2.5. Indicadores para avaliação

A SAE não possui indicador de programa, já que estes não são estabelecidos para os Programas de Gestão de Políticas Públicas. A avaliação visa verificar se os objetivos programados pela Secretaria foram alcançados.

2.6. Metas Físicas e Financeiras - Previstas e Realizadas

A meta física da ação, que corresponde à realização de 10 (dez) estudos, foi executada em 90%, pois foram concluídos 9 (nove) dos trabalhos previstos para o ano, a seguir mencionados:

Estudo de Regularização Fundiária.
Estudo de viabilidade de modificação no serviço militar obrigatório e de instituição de um serviço social civil obrigatório.
Estudo de modificação na legislação que trata da indústria nacional de defesa.
Estudo de reorganização doutrinária das Forças Armadas.
Estudo relativo à rearticulação dos efetivos militares no território brasileiro..
Estudo com vistas à modificação da sistemática de aferição de material de defesa.
Estudo sobre a diminuição da exclusão digital.
Estudo sobre a Reestruturação e Expansão do Ensino Médio
Estudo sobre Geopolítica para o Brasil.

Com relação à execução financeira, a ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro, fonte 0100 (recursos ordinários). Como a unidade sofreu contingenciamento de recursos, efetuou a execução próxima do limite máximo de movimentação e empenho autorizado pela Presidência da República.

COPLA
Proc.
Pág. 251
Func. <i>MC</i>

As despesas executadas no programa de trabalho: 04.121.1004.6662.0001 - Formulação e Desenvolvimento da Política de Planejamento Estratégico de Longo Prazo, de responsabilidade desta SAE, corresponderam basicamente à realização de dois seminários e a Revisão Substantiva do Acordo com o PNUD. Do valor pactuado nessa revisão com o PNUD (Projeto BRA/06/032), de R\$ 6,0 milhões, foram empenhados apenas R\$ 3,2 milhões, ficando o restante para 2009/2010.

META	Grupo	PLOA (a)	LOA (b)	Limite Mov. Empenho Autorizao (c)	Executado (d)	% Exec /LOA (e)=(d/b)	% Exec/Lim (f)=(d/c)
Financeira	3	9.700.000,00	7.760.000,00	3.949.790,00	3.920.998,92	50,53%	99,27%
	4	300.000,00	300.000,00	150.210,00	150.173,68	50,06%	99,98%
	Total	10.000,00	8.060.000,00	4.100.000,00	4.071.172,60	50,51%	99,30%
Física			10		9	90,00%	

2.7. Indicador de desempenho da Gestão Institucional

A SAE é órgão essencial da Presidência da República e conforme art 3º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, a Casa Civil da Presidência da República é que exerce as atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças necessárias ao desempenho das atividades dos órgãos essenciais da Presidência da República. O estabelecimento de indicadores de desempenho não atrelados diretamente ao programa/meta da ação não foi avaliado pela SAE pois essas informações deverão constar do relatório de gestão da Casa Civil da Presidência da República.

3. Reconhecimento de Passivos

Não houve ocorrências no período.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A UG 110355 – SAE não apresenta registro de restos a pagar. No entanto, destaca-se o seguinte:

- restos a pagar processados do exercício de 2008, no valor de R\$ 60.000,00 tiveram sua execução realizada na UG 110001 – COFIN/PR; e
- restos a pagar processados do exercício de 2009, no valor de R\$ 158.671,68 tiveram sua execução realizada na UG 113601 - IPEA e UG 120054 - UNIFA.

COPLA
Proc.
Pág. 252
Func. <i>ewc</i>

5. Demonstrativo de Transferências

TIPO	2
Código SIAFI/SIASG	579438
Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Processo nº 00040.001397/2006-84 Projeto BRA /06/32 – Revisão Substantiva (Data Assinatura.:22/12/2008/Vigência : 31/12/2010)
Objeto da avenca	Prorrogação da vigência, reformulação do escopo e ampliação da dotação orçamentária.
Data de publicação no DOU	26/12/2008 - Seção 3, Pág. 3
Valor total pactuado (R\$ mil)	6.000
Valor total recebido ou transferido no exercício (R\$ mil)	3.350.
Contra-partida	0
Beneficiário (Razão social e CNPJ)	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento CNPJ: 03723329/0001-79
Situação da avenca (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância).	Acordo em execução, com valor a complementar em 2009/2010

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica à unidade.

7. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Não houve ocorrências no período.

8. Renúncia de Receitas

Não se aplica à unidade.

COPLA
Proc.
Pág. 253
Func. WNC

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica à unidade.

10. Operações de Fundos

Não se aplica à unidade.

11. Despesas com Cartão de Crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações da Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinação e Recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Conforme art 3º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, a Casa Civil da Presidência da República exerce as atividades de administração de pessoal necessárias ao desempenho das atividades dos órgãos essenciais da Presidência da República. Assim, essas informações deverão constar do relatório de gestão da Casa Civil.

15. Dispensas de Instauração de Tomada de Contas Especiais

Não houve ocorrências no período.

16. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

A UG 110355 da SAE foi criada em julho de 2008, ocasião em que foi publicada a Lei nº 11.754, que criou a pasta.

2

COPLA
Proc.
Pág. 254
Func. <i>me</i>

ANEXO C - Relatório de Gestão da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



COPLA
Proc.
Pág. 255
Func. <i>gpc</i>

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Nome	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República SRI/PR
CNPJ	10.433.248/0001-08
Natureza Jurídica	Órgão Público do Poder Executivo Federal
Vinculação ministerial	Presidência da República - PR
Endereço da sede	Praça dos Três Poderes, Zona Cívico-Administrativa, Palácio do Planalto, 4º andar CEP: 70.150-900 – Brasília/DF
Página na internet	www.presidencia.gov.br/sri
Código e nome no SIAFI	20101 - PR
UG/SIAFI	110382 - SRI/PR, criada em outubro de 2008.
Gestão no SIAFI	00001 - Tesouro
Norma de criação	Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005.
Finalidade da Unidade	Assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial, na coordenação política do Governo; na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos; na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e na coordenação e no secretariado do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
Estrutura Regimental	Decreto nº 6.207, de 18 de setembro de 2007
Regimento Interno	Em elaboração
Função de governo	04 - Administração
Tipo de atividade	Administração Pública em geral
Situação da unidade	Em funcionamento

2 OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) INSTITUCIONAIS

2.1 Identificação do Programa/Ação

Na Secretaria de Relações Institucionais, mais precisamente em sua Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, são executadas as seguintes ações:

- Ação: 09KF - Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS, vinculada ao Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais; e
- Ação: 6215 - Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculada ao Programa Gestão de Políticas na Área da Presidência da República.

2.1.2 Detalhamento do Programa e da Ação

Programa: Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Código	0681
Objetivo	Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse
Responsável	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Público-alvo	Governo e sociedade brasileiros

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é membro efetivo da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais (AICESIS), que reúne instituições promotoras do diálogo social da Europa, Ásia, África e América Latina.

□ **Ação: 09KF - Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS**

Finalidade	Efetuar o pagamento de anuidade para Associação Internacional de Conselhos de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS credenciando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES junto a essa instituição composta por 46 países membros.
Descrição	Contribuição para participação do Conselho na Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS, que tem como objetivo fomentar o diálogo social para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia com a criação e aperfeiçoamento de mecanismos institucionais de diálogo social.
Responsável	Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES/SRI-PR
Beneficiários	Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS
Implementação da Ação	Pagamento de anuidade

Programa: Gestão de Políticas na Área da Presidência da República

Código	1004
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República.
Responsável	Secretaria-Executiva da Casa Civil
Público-alvo	Governo

□ **Ação: 6215 - Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Finalidade	Proporcionar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, de seus grupos de trabalho, de suas atividades gerais e as de cooperação nacional e internacional.
Descrição	Convocação, organização e implementação da agenda do CDES, no seu trabalho de assessoramento do Presidente da República, com suporte necessário para suas reuniões plenárias, grupos de trabalho e outras atividades, envolvendo também a realização de estudos e desenvolvimento

R

	de instrumentos para apoio ao trabalho do Conselho, a disseminação da experiência nacional e internacionalmente e a relação com experiências de outros países, em cooperações bilaterais e por meio da participação na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS.
Responsável	Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES/SRI-PR
Beneficiários	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Implementação da ação	Realização de encontros dos conselheiros no âmbito do pleno do Conselho e de seus grupos de trabalho, envolvendo todo o suporte logístico, incluindo material de consumo, material permanente, contratação de consultoria, realização de estudos, pesquisas, publicações, diárias, passagens, e demais serviços necessários ao desenvolvimento dos trabalhos e ao fortalecimento do CDES e à disseminação de sua experiência.

2.1.3 Metas Físicas e Financeiras - Previstas e Realizadas

Metas físicas e financeiras previstas

PROJETO/ATIVIDADE		FÍSICA			FINANCEIRA	
		PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	LOA	LEI + CRÉDITO
09KF	Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS	Contribuição efetuada	Unidade	1	100.000,00	100.000,00

Metas físicas e financeiras realizadas

PROJETO/ATIVIDADE		FÍSICA			FINANCEIRA	
		PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	LOA	LEI + CRÉDITO
09KF	Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS	Contribuição efetuada	Unidade	1		82.160,00

Metas físicas e financeiras previstas

PROJETO/ATIVIDADE		FÍSICA			FINANCEIRA	
		PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	LOA	LEI + CRÉDITO
6215	Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Conselho mantido	Unidade	1	2.600.000,00	2.600.000,00

2

COPLA
Proc.
Pág. 258
Func. WAC

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS

PROJETO/ATIVIDADE		FÍSICA			FINANCEIRA
		PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	
6215	Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Conselho mantido	Unidade	1	1.679.556,00

2.1.4 Avaliação dos Resultados

A avaliação dos resultados constantes deste relatório diz respeito às ações executadas no âmbito da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que dispõe de ações orçamentárias próprias. As despesas incorridas pelo Gabinete do Ministro, pela Secretaria-Executiva e pelas Subchefias de Assuntos Parlamentares e de Assuntos Federativos são contabilizadas no âmbito da Unidade Gestora (UG 110.001) da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, sendo, portanto, a avaliação de seus resultados constante do Relatório daquela Pasta.

□ **Ação: 6215 - Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

O limite de R\$ 2,6 milhões inicialmente disponibilizado para a ação 6215 foi reprogramado para R\$ 1,85 milhão após uma reavaliação do planejamento das atividades a serem desenvolvidas. Nessa reavaliação foram levadas em conta, principalmente, as dificuldades que cercam as contratações que dependem de estrutura externa à SRI e a postergação, para 2009, do projeto de construção da memória institucional do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Os recursos executados, aproximadamente 90,8% do limite disponibilizado de 1,85 milhão, viabilizaram a realização de um total de 87 atividades, em uma média de sete atividades por mês, envolvendo conselheiros, lideranças e profissionais do governo, do setor privado e da academia. Como resultado dos debates e busca de consensos, foram aprovadas as seguintes matérias: Termo de Referência sobre a Governança do CDES; Moção sobre a Reforma Tributária; Moção sobre a Crise Econômica Internacional; Parecer sobre a Reforma Tributária; Parecer sobre a Bioenergia; Parecer sobre Habitação de Interesse Social; Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil.

□ **Ação: 09KF - Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS**

O limite orçamentário disponibilizado foi de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a fim de atender a contribuição prevista de € 30.000,00 (trinta mil euros). Como o câmbio da data de pagamento correspondeu ao valor de R\$ 82.160,00, a execução representou 91,3% do limite disponibilizado.

No exercício da presidência da AICESIS, o principal resultado alcançado foi o acordo construído entre cerca de sessenta instituições presentes na AICESIS, expresso em um documento com análises e recomendações sobre o "Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental". Esse documento destina-se aos governos dos países das instituições membros e às organizações internacionais parceiras da AICESIS.

COPLA
Proc.
Pág. 269
Func. <i>efe</i>

2.1.5 Detalhamento das Atividades

□ Reuniões do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

O CDES realizou quatro reuniões plenárias em 2008, cujos temas foram:

- Reforma Tributária e Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Norte-Americana;
- Política de Desenvolvimento Produtivo;
- Investimentos no Brasil;
- Conjuntura Econômica Internacional.

Em 2008, foram aprovadas as seguintes matérias:

- Termo de referência sobre a Governança do CDES;
- Moção sobre a Reforma Tributária;
- Moção sobre a Crise Econômica Internacional;
- Parecer sobre a Reforma Tributária;
- Parecer sobre a Bioenergia;
- Parecer sobre Habitação de Interesse Social;
- Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil.

□ Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária

Foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária, além do Seminário sobre Reforma Tributária e do Colóquio Indicadores do Sistema Tributário Nacional. As reuniões discutiram os seguintes assuntos:

- Apresentação do Projeto de Emenda Constitucional a ser encaminhado ao Congresso Nacional;
- Acompanhamento da Tramitação e Negociação no Congresso Nacional.

Grupo de Trabalho Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel

Em 2008, foram realizadas sete reuniões do Grupo de Trabalho Bioenergia: Etanol, bioeletricidade e biodiesel, cujas pautas e resultados foram:

- Relato da Mesa Redonda Internacional: Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental; definição de temas e diretrizes para a elaboração do parecer do GT a ser encaminhado ao Presidente da República.
- Colóquio sobre aspectos centrais dos biocombustíveis no Brasil; definição dos próximos passos do GT.
- Organização, priorização e definição de metodologia de funcionamento.
- Consolidação de pareceres.
- Deliberação sobre os pontos pendentes do relatório referente aos subgrupos; debatidos os pontos pendentes do relatório e concluído relatório sobre Zoneamento.
- Elaboração da proposta de parecer do CDES sobre biocombustíveis.
- Elaboração da proposta de Parecer do CDES sobre biocombustíveis – continuação.

Grupo de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento

2

COPLA
Proc.
Pág. 260
Func. WLC

Foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento, além de dois colóquios: Colóquio sobre o Plano Nacional de Habitação, em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, e Colóquio Aviação Civil. Foram também formados dois subgrupos: Transporte Aeroviário e Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Nas reuniões foram discutidas as seguintes pautas:

- Situação Atual do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Agenda Portos; 10 Anos de Regulação: Aprendizagem e Perspectivas.
- Apresentação e Debate da Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

Grupo de Trabalho sobre Reforma Política

Foram realizadas duas reuniões:

- Reunião preparatória entre o Comitê Gestor do CDES, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e o Ministro de Estado da Justiça;
- Reunião sobre a nova contribuição do CDES para o tema.

Grupo de Trabalho Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

As reuniões realizadas foram:

- Reunião preparatória, que definiu os seguintes encaminhamentos: identificação dos problemas, com conseqüente elaboração de propostas para seu enfrentamento para encaminhamento ao Presidente da República; discussão do diagnóstico na perspectiva do desenvolvimento e identificação de desafios.
- Reunião para discutir a Política de Desenvolvimento Produtivo - Mapeamento e estruturação da oferta e demanda de trabalhadores.
- Reunião para discutir a Política de Desenvolvimento Produtivo - Construção de Plano Estratégico.

□ Monitoramento da Crise Econômica Internacional

- Colóquio Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, com o objetivo de ampliar a compreensão do CDES sobre a crise econômica internacional e seus possíveis desdobramentos sobre a economia brasileira.
- 2º Encontro Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, ocasião em que foi feita uma Moção ao Presidente da República sobre a Crise Internacional.

□ Observatório da Equidade

No âmbito do Observatório da Equidade foram realizados os seguintes eventos:

- 12ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade, cujos resultados foram as definições dos elementos do plano de trabalho de 2008; do perfil/dos produtos dos consultores a serem contratados; e das responsabilidades entre as instituições

COPLA
Proc.
Pág. 201
Func. WDC

parceiras. Além disso, discutiu-se a proposta de um painel de indicadores do desenvolvimento com equidade.

- II Encontro dos Conselhos Nacionais, que deu continuidade ao diálogo “Desenvolvimento e Promoção da Equidade: compartilhando conhecimentos”, iniciado em novembro de 2007, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República.
- Oficina “Indicadores de Qualidade do Sistema Tributário Nacional”, que discutiu os seguintes temas: Justiça fiscal: Reforma tributária e Distribuição da riqueza.
- 1ª Reunião da Equipe Técnica sobre Sistema Tributário Nacional – STN, ocasião em que foi iniciado o trabalho analítico para a construção e formatação do esquema explicativo do STN.
- 13ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade, que planejou as atividades do Observatório da Equidade e tratou da preparação da reunião com o Conselho Diretor.
- 5ª Reunião do Conselho Diretor e Comitê Técnico do Observatório da Equidade, que debateu a integração do Observatório às temáticas em discussão nos grupos de trabalho do CDES e elaborou Plano de Trabalho para os passos seguintes do Observatório.
- 2ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional, que deu continuidade ao trabalho analítico para a construção e formatação do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional.
- 3ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional, cujo resultado foi a análise e inserção no quadro explicativo das sugestões propostas pelos Conselheiros e representantes no Colóquio Indicadores do Sistema Tributário Nacional – STN.
- 4ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional, que promoveu a discussão dos dados levantados sobre o Sistema Tributário Nacional e identificação dos indicadores prioritários para a elaboração do Esquema Explicativo do STN.
- 14ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade, que promoveu o avanço na metodologia de análise dos indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade; a apresentação do sistema de metadados desenvolvido pelo IBGE; a preparação do plano tabular para o próximo relatório da escolarização; o plano de trabalho para o debate da educação profissional, considerando as novas informações geradas; e a elaboração do plano de trabalho para iniciar a observação da educação do campo.
- 5ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional, que finalizou o levantamento dos dados e indicadores para sistematização do esquema explicativo do STN para apresentação do mesmo na II Oficina do STN.
- II Oficina Indicadores do Sistema Tributário Nacional, que aperfeiçoou a proposta de indicadores para acompanhar o diagnóstico do Sistema Tributário Nacional.
- 15ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade com IPEA e DIEESE, que deu continuidade ao processo de desenvolvimento de metodologia para análise dos indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade e do plano de trabalho para a construção do marco conceitual e dos modelos de análise.
- 16ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade, que deu continuidade ao processo de desenvolvimento da metodologia para análise dos indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade e do plano de trabalho para a construção do marco conceitual e dos modelos de análise.
- 17ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade, que produziu subsídios ao Presidente da República, sobre as desigualdades e as necessidades de políticas públicas pactuadas entre os entes federados, para a reunião com Governadores da Região Norte e Nordeste.
- Painel do Observatório da Equidade na Conferência Nacional de Educação Básica, em que foi apresentado o Observatório, com ênfase na observação realizada sobre a educação

1

COPLA
Proc.
Pág. 202
Func. 102

brasileira, do ponto de vista das desigualdades, consubstanciados em dois relatórios e dois pareceres elaborados em 2006 e 2007.

□ **Cooperação Internacional**

No que se refere à cooperação internacional, foram realizados os seguintes eventos:

- Mesa Redonda Internacional “Energia para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”, entre especialistas brasileiros e internacionais. A Mesa subsidiou os trabalhos da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e contribuiu com os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no seu esforço de análise e proposição sobre o papel da energia para o desenvolvimento.
- V Encontro “Sociedade Civil - União Européia e América Latina”, que encorajou o desenvolvimento de organizações da sociedade civil e de participação democrática na Europa, América Latina e Caribe. Do encontro resultou uma Declaração Final, assinada pelos participantes e encaminhada à Cúpula de Chefes de Estado.
- Reunião Conjunta do Conselho Nacional de Trabalho e Promoção do Emprego peruano e o CDES, que promoveu a troca de experiências e opiniões, e discutiu os desafios das instituições de diálogo em relação ao desenvolvimento dos países e à consolidação da democracia.
- Encontro CDES/OIT/PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), promovido pelo Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho, como parte da viagem de Estudos ao Brasil da delegação formada por representantes governamentais de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Foram apresentadas aos participantes da delegação, por meio de encontros e reuniões em diferentes órgãos da administração pública, experiências e práticas relacionadas a uma gestão pública mais participativa, democrática e moderna, incluindo formas de parceria com a sociedade civil e com o setor privado.
- Participação na 97ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho – OIT, além da realização de reuniões com o coordenador da Agenda do Emprego Verde na OIT; com representantes do Departamento de Diálogo Social e do Departamento de Política de Empregos da OIT.
- Assembleia Geral da AICESIS, presidida pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, na qual foi debatida, entre outros assuntos, a mudança no modelo de governança da AICESIS. Na ocasião, foi apresentado o relatório parcial do tema de trabalho proposto pelo Brasil, que foi analisado e a que foram agregadas sugestões.
- Reunião do CDES e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), quando se elaborou um documento sobre as relações estratégicas Brasil/União Europeia e se debateu os conteúdos e principais produtos da Mesa-Redonda CDES-CESE da Sociedade Civil.
- Reunião com Secretário-Geral da AICESIS, em que se discutiu a proposta de uma nova governança para AICESIS. Da Reunião resultou o acerto dos preparativos para os seguintes eventos: Reunião da Comissão Relatora da AICESIS; Reunião do Conselho de Administração da AICESIS, em dezembro de 2009; 14ª Conferência da Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP-14/UNFCC; Prêmio Internacional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.
- Painel “Biocombustíveis: Segurança Energética, Segurança Alimentar, Sustentabilidade e Fortalecimento da Governança Multilateral”, promovido pelo CDES no âmbito da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. A Conferência foi promovida pelo

COPLA
Proc.
Pág. 263
Func. WPC

Ministério das Relações Exteriores e foi uma importante ocasião para a abordagem objetiva de temas relacionados aos biocombustíveis, como segurança energética; produção e uso sustentáveis; agricultura; processamento industrial, além de questões ligadas a especificações e padrões técnicos; comércio internacional; mudança do clima; e o futuro dos biocombustíveis.

- Reunião da Comissão Relatora do Grupo de Trabalho sobre o tema da presidência brasileira na AICESIS, em foi analisado o terceiro relatório produzido pelo coordenador do GT.
- 3º Encontro do Grupo Interinstitucional formado pelo CDES e pelo Conselho Nacional da Economia e do Trabalho da Itália (CNEL), que teve como tema a segurança pública e o combate à criminalidade.
- Encontro do CDES com o Comitê Econômico e Social Europeu – CESE, em Bruxelas, no âmbito da cooperação acordada entre os citados conselhos. O Encontro contemplou: participação na Sessão Plenária do CESE; e realização de reuniões com objetivos de consolidar os termos da Mesa-Redonda Brasil-União Europeia da Sociedade Civil e de avançar no processo de viabilização da cooperação, no escopo da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, como disposição da Cúpula UE-Brasil, realizada em 22 de dezembro de 2008.
- 14ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP-14/UNFCCC, de que o CDES participou nos dias 8 a 12/12/2008, com o objetivo de aportar informações aos trabalhos do CDES e buscar aproximação dos debates e contatos com os pontos focais de outras instituições engajadas no tema e em outros correlatos, como energia, mitigação, desenvolvimento sustentável e novas tecnologias.

□ Comitê Gestor do CDES

No âmbito do Comitê Gestor do CDES, criado para auxiliar e acompanhar o trabalho técnico da equipe da SEDES na condução dos trabalhos do Conselho, foram realizados os seguintes eventos:

- 1ª Reunião do Comitê Gestor do CDES, de que resultou a proposição dos principais aspectos a serem aprimorados na governança do CDES: diálogo com instâncias de poder e outras organizações sociais em torno das propostas e recomendações do CDES; relação com o Presidente da República, ministros e membros do CDES; disseminação do Conselho, de suas pautas, propostas e recomendações; funcionamento dos plenos e grupos de trabalho.
- Reunião do Comitê Gestor do CDES sobre Comunicação, evento com o Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação da Presidência de República e com a Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que permitiu ao CDES melhor vislumbrar o papel, as perspectivas e possibilidades do CDES, bem como da comunicação estratégica do Governo.
- 2ª Reunião do Comitê Gestor do CDES, em que estiveram em pauta os investimentos que sustentam o crescimento econômico e a distribuição de renda. Foram apresentadas as ferramentas do Portal do CDES, para apoio aos trabalhos do Comitê Gestor e à articulação com a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.
- Audiência com o Presidente da República, ocasião em que foi entregue a moção do CDES sobre a crise financeira internacional

2.1.6 Indicadores para avaliação

P

COPLA
Proc.
Pág. 264
Func. <i>WPC</i>

As ações da SRI não possuem indicadores de avaliação.

2.2 Indicador de desempenho da gestão institucional

Conforme art 3º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, a Casa Civil da Presidência da República é que exerce as atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças necessárias ao desempenho das atividades da SRI. Portanto, esta Secretaria não dispõe de indicador de gestão institucional.

3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não houve ocorrências no período.

4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A UG 110382 – SRI não apresenta registro de restos a pagar.
No entanto, destaca-se o seguinte:

- Restos a pagar processados do exercício de 2008, no valor de R\$ 14.088,86, tiveram sua execução realizada na UG 110001 – COFIN/PR.

5 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS

TIPO	2
Código SIAFI/SIASG	566972
Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Processo nº 00029-000514/2006-41 Projeto BRA 06/017 – Revisão Substantiva (Data Assinatura: 13/12/2007/Vigência: 15/12/2011)
Objeto da avença	Prorrogação da vigência, reformulação do escopo e ampliação da dotação orçamentária.
Data de publicação no DOU	19/12/2007 - Seção 3, Pág. 2
Valor total pactuado (R\$)	3.339.146,27
Valor total recebido ou transferido no exercício	492.195,23
Contra-partida	0
Beneficiário (Razão social e CNPJ)	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento CNPJ: 03723329/0001-79
Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância)	Acordo em execução, com valor a complementar em 2009/2011

6 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrências no período.

Q

COPLA
Proc.
Pág. 265
Func. <i>[assinatura]</i>

7 RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica à unidade.

8 DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica à unidade.

9 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica à unidade.

10 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não houve ocorrências no período.

11 DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve ocorrências no período.

12 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Essas informações deverão constar do relatório de gestão da Casa Civil da Presidência da República, que exerce as atividades de administração de pessoal necessárias ao desempenho das atividades dos órgãos essenciais da Presidência da República, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003.

13 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve ocorrências no período.

14 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO

14.1 Principais realizações

14.1.1 Assuntos Parlamentares

Em 2008, o Governo Federal trabalhou para a aprovação de diversas proposições que tramitavam no Congresso Nacional. Nesse contexto, a Secretaria de Relações Institucionais acompanhou e articulou projetos de interesse nacional.

Na área de educação, pode-se citar a Lei nº 11.692, que reformula o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e, dentre outras medidas, inclui jovens de 16 e 17 anos no Bolsa Família; a Lei nº 11.738, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e a Lei nº 11.788, que trata do estágio de estudantes.

[assinatura]

COPLA
Proc.
Pág. 206
Func. 1111

Na área de justiça e segurança pública, destacam-se a Lei nº 11.705, que trata de restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas e da inibição do consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor; a Lei nº 11.706, sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm); e a Lei nº 11.707, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O combate à pornografia infantil também foi reforçado com a aprovação da Lei nº 11.829, cujo texto surgiu de debates da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Pedofilia, a fim de aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição desses materiais.

Na área de fomento às políticas econômicas, importantes avanços aprovados no Congresso tiveram empenho e apoio do Governo Federal, a exemplo das seguintes leis: Lei nº 11.688, que amplia limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Lei nº 11.726, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto); e a Lei nº 11.775, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Outras medidas importantes foram a Lei nº 11.648, que reconhece formalmente as centrais sindicais; a Lei nº 11.685, que institui o Estatuto do Garimpeiro; a Lei nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade para seis meses mediante concessão de incentivo fiscal; a Lei nº 11.771, que trata da Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor; e a Lei nº 11.793, sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, referente a perdas da Lei Kandir.

14.1.2 Assuntos Federativos

Em acordo com as competências da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República de promover a integração das ações do Governo no âmbito das unidades da federação e de fortalecer o sistema de atendimento aos estados, Distrito Federal e municípios, e fruto de suas relações com os entes federados marcadas pelo diálogo e pela negociação, foram realizadas, em 2008, ações que contribuíram para o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

14.1.2.1 Fóruns Regionais de Governadores

Os Fóruns dos Governadores representam uma oportunidade histórica para incentivar a interlocução dos governos estaduais entre si e o diálogo deles com o Governo Federal, favorecendo assim uma maior eficiência na implementação das políticas públicas e na superação das divergências e dos obstáculos ao desenvolvimento regional. Constitui-se também em espaço para a divulgação, ampliação e o aprimoramento de planos prioritários, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação e do Programa Territórios da Cidadania.

□ Fórum de Governadores da Região Nordeste

No que diz respeito ao Fórum de Governadores da Região Nordeste, os principais resultados alcançados foram: avanço da política de desenvolvimento regional com a definição das atribuições, competências e da alocação de recursos da nova Superintendência do

COPLA
Proc.
Pág. 267
Func. <i>mlc</i>

Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; criação de consórcios interestaduais; articulação de um pacto regional para distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional; elaboração de propostas de desburocratização dos repasses de recursos federais aos estados; apoio ao financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE a sete estados; aprovação, pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, do aumento do limite de comprometimento aplicado à receita líquida corrente de 1% para 2,5% para os investimentos em Parcerias Público-Privadas – PPPs; medidas emergenciais para o setor sucroalcooleiro do Nordeste (subvenção de R\$ 5/tonelada de cana-de-açúcar, aquisições de açúcar em armazéns conveniados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, inclusão da cana no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF); publicação do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Crédito Fundiário; e do Decreto nº 6.674, de 3 de dezembro de 2008, que estabelece critérios para projetos relativos a empreendimentos nas áreas de atuação da SUDENE; e lançamento da campanha de combate à dengue.

□ Fórum de Governadores da Amazônia Legal

O Fórum de Governadores da Amazônia Legal, instalado em maio de 2008, buscou a construção de consensos sobre: regularização fundiária para o processo de integração e desenvolvimento regional; proposta do Governo Federal de mudança na legislação da regularização fundiária para áreas urbanas e rurais de até quatro módulos fiscais; gestão compartilhada para o ordenamento territorial entre a União e estados; elaboração e implementação do zoneamento ecológico e econômico da Amazônia Legal; modificação da Resolução nº 3545 do Banco Central, que estabelece a exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma Amazônia; recriação da SUDENE; alterações no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, que enquadra setores da economia como prioritários para a atuação nas áreas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; e realização da Rodada de Integração Produtiva do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR.

□ Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul

Figuram entre os principais resultados do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, órgão que congrega os governadores dos estados do Sul: apoio à inclusão dos recursos para calamidades públicas no rol de despesas obrigatórias; acordos para integração territorial e energética dos estados do CODESUL e da Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino e Litoral – CRECENEA - Litoral; realização da Rodada de Integração Produtiva do FCCR/Mercosul, em Itaipu/PR; modificação da resolução do Banco Central que passou a autorizar o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE a oferecer financiamentos a estados contíguos à região sulina; acordo dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul para a gestão da Ferroeste no âmbito da proposta de construção do eixo ferroviário do Mercosul.

14.1.2.2 Pactuação Federativa dos Programas Prioritários do Governo

□ Programa de Aceleração do Crescimento

Como espaço de interlocução entre a União, os estados e municípios, a Secretaria de Relações Institucionais contribuiu para a implementação do Programa de

COPLA
Proc.
Pág. 268
Func. <i>luc</i>

Aceleração do Crescimento - PAC. Atuou na organização das visitas do Presidente da República e dos Ministros às obras do Programa. Participou de todas as salas de situação que monitoram os projetos e colaborou na elaboração dos relatórios de balanço que são apresentados a todo o País pelos Ministros a cada quatro meses.

A partir dessa inserção, foi possível colaborar para: inclusão de novas obras no Programa; realização de reuniões em estados onde o andamento das obras estava em situação crítica, a exemplo do Rio de Janeiro; ampliação de projetos do Pró-Moradia; definição de projetos de macrodrenagem com aplicação de recursos de financiamento e do Orçamento Geral da União; acompanhamento dos grupos de gestores estaduais e municipais; e acompanhamento sistemático das obras em parceria com estados e municípios.

□ Programa Territórios da Cidadania

No que se refere ao Programa Territórios da Cidadania, as relações federativas foram fundamentais, uma vez que o engajamento e a interlocução com os governos estaduais e municipais representam a garantia de que as políticas públicas cheguem aos 120 territórios do Programa. A participação na gestão desses territórios contribuiu para a criação dos Comitês de Articulação Estaduais do programa, ao propor e acompanhar suas pautas, decisões e também a execução de suas ações, em especial em estados onde a pobreza rural é marcante. Além da atuação nos comitês estaduais, há de se destacar a participação ativa no Comitê Gestor Nacional, que, dentre outras ações, aprovou a inclusão, em 2009, de sessenta novos territórios.

□ Plano de Desenvolvimento da Educação

A atuação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE contribuiu para mobilizar os municípios e os estados, visando garantir aprendizagem efetiva e ensino de qualidade às crianças e aos jovens do País. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações: promoção de reunião do Ministro de Estado da Educação com as entidades municipalistas, quando então foi instalado o Grupo de Trabalho Comitê de Articulação Federativa – Plano de Desenvolvimento da Educação; apoio à mobilização da Caravana da Educação e à mobilização para adesão federativa ao Plano por todos os estados, municípios e pelo Distrito Federal; participação em encontro de 2.600 prefeitos com o Presidente da República, por ocasião do primeiro balanço do PDE; e manutenção das atividades do Grupo de Trabalho no Comitê de Articulação Federativa – CAF para acompanhamento das ações do Plano.

14.1.2.3 Fortalecimento Institucional dos Municípios

Dada a importância de se estimular o processo de cooperação e negociação com os municípios, a Secretaria de Relações Institucionais buscou prestigiar e participar dos eventos promovidos por entidades municipalistas nos níveis nacional e estadual; participou do Seminário Internacional “Federalismo e Desenvolvimento”, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – ABM, e de reuniões da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, em Niterói e Vitória; e compareceu ainda aos eventos organizados pelas Associações Estaduais de Municípios. Encerradas as eleições municipais, a SRI, por meio de sua Subchefia de Assuntos Federativos, participou de todas as reuniões com os prefeitos eleitos realizadas pelas associações nacionais, regionais e estaduais.

□ Comitê de Articulação Federativa

l

COPLA
Proc.
Pág. 269
Func. 111

Com vistas a colaborar com os órgãos federais no estímulo ao aperfeiçoamento do pacto federativo e à consolidação da marca municipalista do Governo, diversas ações foram realizadas no âmbito do Comitê de Articulação Federativa – CAF. O Comitê é presidido pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e integrado por dezoito ministérios, além da Associação Brasileira de Municípios, da Confederação Nacional dos Municípios e da Frente Nacional de Prefeitos. Em 2008, foram realizadas três reuniões de seu pleno.

O CAF é integrado por seis grupos de trabalho interfederativo, com a participação das três esferas de governo: Grupo de Trabalho Interministerial do Transporte Escolar; Grupo de Trabalho Interministerial do Plano de Desenvolvimento da Educação; Grupo de Trabalho Interministerial da Mobilidade Urbana; Grupo de Trabalho Interministerial de Fortalecimento Institucional e Qualificação da Gestão nos Municípios; Grupo de Trabalho Interministerial de Integração Fronteiriça; e Grupo de Trabalho Interministerial Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões. Esses dois últimos grupos foram criados em 2008, em conjunto com representantes de diversos órgãos federais.

Dentre as ações executadas por esses GTs, vale destacar os seguintes produtos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Transição Municipal: Cartilha com orientações para o gestor municipal em encerramento de mandato; Guia Básico para a Gestão dos Municípios; Revista Governo Federal e Município, com os principais programas direcionados aos municípios; catálogo dos programas federais; e portal federativo (<http://www.portalfederativo.gov.br>), onde estão disponíveis todas essas publicações.

Outras ações relevantes foram executadas no âmbito do CAF, a exemplo daquelas realizadas pelo Grupo de Trabalho do Fortalecimento Institucional e Qualificação da Gestão dos Municípios. Em 2008, foi lançada a Agenda Nacional de Apoio à Gestão, que congrega ações de diferentes órgãos, destinada aos gestores municipais. Como parte da Agenda foram ainda lançados os seguintes instrumentos de apoio à gestão pública: Portal dos Convênios e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, que disciplinam a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União; Portal do Software Público Brasileiro, que disponibiliza soluções tecnológicas para os municípios; e Sistema Nacional de Informações – GEOSNIC, que disponibiliza gratuitamente informações georeferenciadas a todos os municípios brasileiros.

O CAF realizou ainda uma mesa federativa sobre a Reforma Tributária, que contribuiu para a construção de um consenso sobre a partilha do ICMS e deu apoio ao projeto encaminhado ao Congresso pelo Governo sobre o assunto.

□ XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Faz parte do rol de resultados da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a colaboração para o cumprimento, em 2008, de todos os compromissos assumidos na XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios, quais sejam: publicação de uma nova regulamentação para o Imposto Territorial Rural – ITR, que facilita a opção dos municípios pela arrecadação integral do imposto; encaminhamento ao Congresso de projeto de lei sobre o transporte escolar no meio rural; criação, no Ministério da Educação, do Grupo de Trabalho Permanente de Transporte Escolar; ampliação do limite do Programa de Intervenções Viárias – PROVIAS; edição do Decreto de 15 de abril de 2008, criando o Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da Secretaria de Relações Institucionais, com a finalidade de consolidar as informações que existem no Governo Federal sobre os municípios e colaborar para a efetividade da transição governamental municipal.

COPLA
Proc.
Pág. 270
Func. We

□ Sistema de Assessoramento Federativo e Gerência Macrorregional

Uma das atividades da Secretaria de Relações Institucionais é o apoio institucional a governadores, prefeitos e respectivos secretários. São duas as estruturas de atendimento: o Sistema de Assessoramento Federativo – SASF e a Gerência Macrorregional – GMR. Em 2008, o SASF consolidou-se como rede que proporciona o intercâmbio de informações e acompanhamento de demandas com a nomeação de assessores federativos em todos os ministérios e com a instalação das ferramentas de acompanhamento das demandas originárias dos municípios e dos estados. A GMR, por sua vez, executou o processo de negociações e parcerias com os prefeitos e governadores em todos os programas do Governo Federal.

14.1.2.4 Fortalecimento da Cooperação Internacional Federativa

Em função da presidência *pro tempore* brasileira no Mercosul e do conseqüente exercício da coordenação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais, foram priorizadas em 2008 ações voltadas para essa instância.

□ Cooperação Internacional Federativa

Em 2008, o Acordo de Cooperação Brasil-Itália foi redesenhado e reestruturado, passando a envolver cinco regiões italianas, a Presidência da República do Brasil e mais oito territórios brasileiros. Além disso, foram concluídos os projetos territoriais com aprovação de seu financiamento pelas instituições italianas, a ser executado a partir de 2009.

No marco do Acordo de Cooperação Descentralizada e Federativa Brasil-França, a Secretaria de Relações Institucionais colaborou com o Ministério da Cultura para a inserção dos projetos de municípios participantes do Ano da França no Brasil 2009.

Ainda no âmbito do fortalecimento da cooperação internacional federativa, foi assinado o Acordo de Cooperação com o Fórum das Federações, que visa estimular uma parceria internacional para promover diálogos sobre as práticas, os princípios e as potencialidades do federalismo.

□ Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul

O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul - FCCR é uma instância formal do Mercosul que foi criada para dar espaço a governadores e prefeitos da região e estimular todo o potencial que os governos locais e estaduais têm para integrar suas economias, seus territórios e suas culturas. Durante o exercício da coordenação desse foro, os principais resultados alcançados foram: o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM; a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva realizadas em Manaus e Foz do Iguaçu, que criaram mecanismos de melhor articulação e inserção dos governos locais e estaduais nas políticas nacionais para o Mercosul, a exemplo da Rede de Pesquisa e Tecnologia Agropecuária; Encontros de Comércio Exterior (Encomex Mercosul), com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o portal e cadastro de promoção e integração turística no Mercosul; e avanços na cooperação entre os governos locais regionais, a exemplo da ampliação das relações

COPLA
Proc.
Pág. 271
Func. 602

comerciais Pará - Brasil/Venezuela e do protocolo de intenção firmado entre os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná para viabilizar a Ferrovia Mercosul.

Merece igualmente destaque a realização da IV Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos do FCCR, em que estiveram presentes governadores de estados brasileiros e cerca de duzentas autoridades locais de todos os países do Mercosul, da Bolívia e da Venezuela. Na ocasião, deu-se o encerramento da presidência *pro tempore* do governo brasileiro e foram firmados os seguintes acordos entre estados dos países integrantes do Mercosul: Acordos de Cooperação nas áreas de agricultura, cultura, turismo e de produção industrial; Declarações do FCCR sobre a integração produtiva agrícola, industrial e turística, e sobre a promoção da cultura; Protocolos de Intenções nas áreas de cooperação agrícola, segurança, saúde, educação, políticas públicas, mobilidade acadêmica, transferência técnica e tecnológica; Recomendação do FCCR ao Grupo Mercado Comum sobre Diretrizes destinadas ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM; Resolução de Apoio ao Grupo de Trabalho Integração Fronteiriça do FCCR; e Termo de Compromisso para Promoção do Trabalho Decente, assinado por 29 prefeitos e governadores.

14.1.3 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento, foi criado pela Lei nº 10.683, em 28 de maio de 2003, com a finalidade de cumprir o papel de articulador das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada.

Em 2008, as pautas do CDES foram orientadas para questões estruturantes do desenvolvimento brasileiro, com atenção constante à conjuntura nacional e internacional. Os principais temas tratados foram: reforma tributária, bioenergia, infraestrutura, reforma política e educação. Além de analisar os impactos da conjuntura econômica internacional, o Conselho propôs medidas para a manutenção do desenvolvimento com distribuição de renda e fortaleceu sua capacidade de contribuir para as pautas públicas, como resultado de seu esforço na implementação de um processo de governança participativo.

Contribuiu para a implementação desse processo o Observatório da Equidade do CDES, projeto que tem por finalidade ampliar o conhecimento da sociedade civil sobre situações de desigualdade existentes no País. O Observatório consolidou, em 2008, as parcerias do CDES com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Por meio do Observatório da Equidade, em parceria com o PNUD, IBGE, IPEA e o DIEESE, foi mantido um acompanhamento de políticas públicas, do ponto de vista do combate às desigualdades. Além disso, dedicou-se atenção ao tema da crise econômica internacional e geraram-se análises e proposições para a manutenção do desenvolvimento com distribuição de renda. Como resultado, o Observatório avançou no estudo e na conceituação sobre indicadores de desenvolvimento e deu continuidade ao monitoramento do desempenho do sistema educacional brasileiro, além de ter realizado a primeira observação sobre o Sistema Tributário Nacional, sob a ótica da desigualdade.

Em matéria de cooperação e intercâmbio internacionais, há de se destacar o trabalho de coordenação dos debates e acordos sobre o tema “Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”, pelo CDES, em sua incumbência de presidir a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS. Em

COPLA
Proc.
Pág. 212
Func. MC

2008, o CDES presidiu a Assembleia Geral da AICESIS e promoveu sua representação junto a organismos internacionais e atores sociais de diferentes países e regiões.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República foi representado na 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (OIT) e na reunião do segmento de alto nível do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC/ONU). Ainda no âmbito internacional, há de se destacar a participação na Sessão Plenária do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), na qual foi acordada a realização de uma Mesa-Redonda da Sociedade Civil, que, como parte integrante da Parceria Estratégica União Europeia-Brasil, produz posicionamentos sobre os temas encaminhados à Cúpula de Chefes de Estado.

A Secretaria de Relações Institucionais participou também do 5º Encontro das Organizações da Sociedade Civil da União Européia, da América Latina e do Caribe, em Lima, Peru. Nos eventos internacionais de que participou, encorajou o desenvolvimento de conselhos similares ao CDES na América Latina e no Caribe, objetivando ampliar a participação democrática na região.

Por fim, com o objetivo de disseminar e levar a debate sua experiência e resultados, foram realizadas, no âmbito da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, mais de setenta atividades, entre as reuniões plenárias, reuniões de grupos de trabalho, colóquios, seminários, atividades internacionais e trabalhos do Observatório da Equidade, com grande envolvimento de atores sociais e governamentais.

2